

O AMBIENTE CONFLITUOSO DO ECOTURISMO NA CHAPADA DOS VEADEIROS

Altino Bomfim¹

1. INTRODUÇÃO

O discurso oficial tem colocado o turismo como prioridade nas políticas públicas, com base na suposição de que o mesmo promove o desenvolvimento gerando emprego e renda. Entretanto as contradições geradas pela intervenção dos atores sociais tem provocado intensos conflitos que modificam a realidade local e tende a prejudicar as comunidades.

Estudo que realizamos na região da Chapada dos Veadeiros, entre 2001 e 2002 mostrou uma significativa expansão das diversas modalidades de turismo, dentre as quais destaca-se o ecoturismo, atividade cuja essência é a natureza ainda preservada.

Na pesquisa realizada utilizando a abordagem da sociedade de risco de Beck (1995) e categorias sociológicas trabalhadas por Giddens (1991), identifiquei conflitos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais, resultante dos interesses diversificados dos atores envolvidos com a atividade.

2. O LUGAR

O cenário físico onde interagem os atores que fazem o ecoturismo na região da Chapada dos Veadeiros é o município de Alto Paraíso de Goiás, localizada no nordeste do Estado de Goiás, centro-oeste do Brasil (considerada uma das regiões de baixa densidade populacional e das mais pobres do país) contando em 1998² com 6.173 habitantes e área de 2.603,1 km². Possui dois pólos de turismo sendo um localizado na sede municipal e, outro, no povoado de São Jorge, distante 36 km, com histórias e características distintas. A sede municipal concentra a população urbana, sedia o executivo municipal e os principais serviços locais e entidades associativas. Atualmente a população de Alto Paraíso é constituída de pequenos produtores que produzem para subsistência, pecuaristas, ex-mineradores e as pessoas que são designadas como migrantes alternativos e migrantes místicos (WWF, 1995). A expansão do turismo na região também tem atraído investidores, desempregados e outros grupos sociais. Há indicações de que parte significativa dos moradores de Alto Paraíso são de fora, alguns com bom poder aquisitivo.

¹ Altino Bomfim de Oliveira Junior é professor da UFBA e doutor em Sociologia Política.

O povoado de São Jorge, que se tornou muito conhecido por ser o local por onde se tem acesso para visitar o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Difere substancialmente da sede municipal por ter sido criado por garimpeiros em 1912, mantendo até o presente características culturais e arquitetônicas de seu passado, com todas as ruas com piso de terra, em que pese as mudanças urbanas com a construção de pousadas, campings, restaurantes (em terrenos vendidos pelos ex-garimpeiros), introduzindo-se um outro estilo arquitetônico totalmente diferente das casas simples de antes. Em 2002 contava com aproximadamente 200 casas (BEHR, 2000) e de 600 a 700 residentes, entre nativos e “estrangeiros”, conforme depoimentos. Os serviços públicos são limitados a uma escola, um posto de saúde e agência dos correios. Em 2002 os locais contavam apenas com telefones públicos e a cobertura para telefone celular que passou a funcionar em 1999.

Em parte do município a base da economia é a agropecuária. Na área protegida, onde se localiza o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e seu entorno, os atores sociais desenvolvem diversas modalidades de turismo.

3. OS INTERESSES EM JOGO

No processo de disputa pelo uso preferencial da natureza socializada da Chapada dos Veadeiros, cada grupo de atores sociais lhe atribuem significados especiais, indicando que existem diferentes naturezas. No geral, identifiquei que a comunidade, empresários e governos concebem a natureza como algo externo e material, pensando-a de forma antropocêntrica, e uma visão romantizada por parte de ONGs ambientalistas que atuam no sentido de buscar uma fórmula entre a sua preservação e o uso econômico, tendo identificado o ecoturismo como o instrumento hábil para tal. Exemplifica as diferenças entre os atores o investimento dos ambientalistas na criação de Unidades de Conservação (UCs) com vistas a garantir graus de preservação do bioma cerrado e de atrativos singulares existentes na região e pressionar o Estado para que este promova medidas de preservação da natureza, enquanto atores como o Governo do Estado e empresários, vêm títulos como o de Reserva da Biosfera concedido pela Unesco como instrumento de marketing, seja para atração de visitantes para a área, seja para captação de recursos através de projetos que podem colocar a natureza ainda mais em risco.

² Conforme o Plano Diretor Ambiental/Urbano – 1998/2002 de Alto Paraíso.

O envolvimento dos atores sociais nas questões relativas ao ecoturismo, na Chapada dos Veadeiros, são diferenciados, bem como os interesses que os animam. O Governo Federal tem atuado na região desde a criação do Parque Nacional em 1961, regulando a relação da sociedade com a natureza e intervindo no cotidiano dos locais, através do Ibama. No presente esse órgão ultima as medidas legais para promover a terceirização dos parques nacionais, entre os quais o da Chapada dos Veadeiros, projeto que abre as áreas protegidas para exploração econômica através do ecoturismo, avançando na política de ausentar-se de atuar em áreas de interesse do empresariado.

Os Governos Estadual e Municipal programam utilizar o turismo como instrumento do desenvolvimento. No passado o Governo Estadual promoveu ações concretas para dinamizar o turismo na região; no presente, identifiquei apenas manifestações dos órgãos de turismo e meio ambiente estaduais – que ainda não se transformaram em projetos concretos - em utilizar a natureza para captar recursos para ações institucionais. Quando da pesquisa de campo, a Subsecretaria de Turismo Municipal, criada em 2001, estava em fase embrionária de estruturação. Apesar disso, definiu como prioridade incrementar a visitação na região utilizando a natureza externa como um espaço onde realizar eventos de forma a atrair fluxos de turistas e obter lucro. Essa visão contrasta com o que está expresso no Plano Diretor Municipal Urbano/Ambiental (1998), onde se afirma que um dos pontos críticos é a degradação ambiental resultante da má utilização dos recursos naturais do município, a exemplo da forma como são utilizados os atrativos turísticos locais.

O interesse objetivo do empresariado turístico local é o crescimento do fluxo turístico para a região, tanto em termos quantitativo quanto qualitativo, contando com o ecoturismo como instrumento de marketing para promoção do turismo e o fato de haver diversas unidades de conservação como um Parque Nacional, uma Área de Proteção Ambiental (APA) e uma Reserva da Biosfera o que torna a Chapada dos Veadeiros patrimônio da humanidade. Identifiquei duas posições entre o empresariado turístico local: os que afirmam que a ação que desenvolvem é essencialmente comercial, com um objetivo claro de vender a natureza que não está sendo bem aproveitada e aqueles que oscilam entre a necessidade na preservação da natureza, o objeto de desejo do seu público, os turistas, e as possibilidades econômicas de ampliarem a demanda, multiplicarem as atividades no meio ambiente e o lucro.

Diferencio os interesses dos que exploram o turismo diretamente e que estão envolvidos com ações cotidianas e projetos para o setor, daqueles interessados no assunto como os proprietários de equipamentos e serviços e os comerciantes de diversas áreas. Divergindo desses grupos empresariais, situam-se os ruralistas que se sentem prejudicados pelas iniciativas do Estado em preservar a natureza, defendendo a idéia de que a criação de unidades de conservação tem cerceado o desenvolvimento da agropecuária local.

No que se refere às ONGs ambientalistas, em que pese algumas diferenças de princípios, verifiquei que existe uma convergência de interesses entre entidades locais como o grupo Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA) e outras ONGs de atuação nacional como a WWF. Teoricamente, enquadro a visão e ação dessas entidades como ambientalismo moderado³, na medida em que trabalham com a idéia de que políticas específicas para o meio ambiente podem resolver problemas decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, defendem a criação de unidades de conservação na região para preservar a biodiversidade e os ecossistemas do cerrado e o ecoturismo como um instrumento que compatibilizaria o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais com a preservação do meio ambiente.

Entre os atores que compõem a comunidade local da vila de São Jorge há divergências de visões. Para alguns ex-garimpeiros a relação do homem com a natureza externa é de usufruto, vendo-a como substrato de onde extraia os cristais, caçava e pescava, criticando os objetivos da existência do Parque em detrimento das necessidades humanas. Os ex-garimpeiros que prestam serviços almejam a ampliação do turismo. Para os que se tornaram guias, a natureza passou a se constituir em fonte de renda, o que os leva a defender a preservação ambiental. Os guias, um grupo social diversificado que inclui ex-garimpeiros, professores, profissionais de nível superior de diversas áreas e proprietários rurais, constituem um segmento expressivo na medida em que estão à frente da atividade turística local e pelo fato de trabalharem projetos que ampliam a participação política e social da categoria, tendo criado redes regionais e nacional, uma escola especializada e contarem com a assessoria do Sebrae.

³ Sobre uma discussão da tipologia do ambientalismo ver Foladori (2000).

No presente há uma convergência de interesses dos ex-garimpeiros, proprietários de atrativos, empresários e moradores em geral, no sentido de que haja uma expansão da atividade na região que gere oportunidades de emprego e renda.

No que se refere aos turistas, os demandantes da natureza preservada, a grande heterogeneidade e as alterações no perfil dos mesmos ao longo do tempo, vêm produzindo significativas mudanças no estilo de vida das comunidades e na organização da atividade turística na região.

São esses atores que estão envolvidos em conflitos pela disputa da natureza socializada na Chapada dos Veadeiros, conforme analiso no item a seguir.

4. OS CONFLITOS

4.1 CONFLITOS AMBIENTAIS

No que se refere aos conflitos ambientais, a bibliografia não menciona e a maioria dos depoimentos dão uma versão simplificada dos fatos, mas, desde a criação do Parque Nacional, ocorreram conflitos e momentos de grande tensão fruto da intensa disputa pela natureza da Chapada dos Veadeiros⁴. Em 1961 quando da criação do Parque Nacional, houve a proibição do garimpo o que gerou perseguições aos garimpeiros e insatisfação dos agricultores que, reunidos, fizeram um abaixo-assinado para o presidente e gestões junto ao Ministro da Agricultura, havendo a liberação de área para tal atividade. Entre 1982/1983 ocorreu um sério conflito quando o Ibama proibiu a comunidade local de entrar no Parque ao tempo em que permitia visitantes que circulavam de carro e acampavam. Aumentava a irritação dos locais o fato dos turistas trazerem tudo que necessitavam, não gerando, com isso, serviços na localidade. Em 1990 o novo decreto que proibia o acesso ao Parque Nacional se fez acompanhar de medidas repressivas. O cercamento da área gerou conflitos, dado o Ibama ter tentado fechar o povoado de São Jorge, exigindo a retirada dos moradores, tendo em vista ele estar incluído no perímetro do Parque. A união dos garimpeiros garantiu que a cerca fosse colocada atrás das casas. O Ibama também proibiu a captação de água no Parque⁵. Após negociações, os moradores conseguiram autorização

⁴Os pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/NEPAM da UNICAMP têm produzido significativos estudos sobre conflitos em áreas protegidas, em diversas regiões do país.

⁵ A oferta era e continua limitada, havendo falta nos feriados e nas férias, apesar de ter pousadas com piscinas na vila. Foram feitos dois poços artesanais que atende a parte do povoado e ao loteamento São Jorge II.

para retirarem água que vem de uma nascente, tendo construído a rede de abastecimento através de um mutirão, entre setembro e outubro de 1989.

Os executivos do Parque Nacional avaliam que os resultados da preservação na área são muito bons. Depoimentos de guias contrariam essa opinião ao indicarem que estão acabando os peixes do rio Preto e que o Ibama não faz nenhum trabalho de educação ambiental com os pescadores. O quadro de funcionários não é suficiente para atender às necessidades de manutenção (os guias fazem esse serviço nas trilhas) e fiscalização do Parque e os trabalhos educativos com os turistas e com a comunidade.

Os conflitos reconhecidos pela direção do Parque Nacional – e considerados graves - estão na zona de amortecimento, áreas que compreendem o limite de 10 km do entorno do Parque, onde a implantação e desenvolvimento de qualquer atividade requer autorização do Ibama. A interferência direta nas ações de proprietários das terras, tem gerado conflitos de relacionamento com a comunidade em decorrência da ação policial que o órgão exerce, situação que se busca reverter através de parcerias com a prefeitura, contato com as comunidades, um programa de educação ambiental realizado pela ONG ambientalista GAMA e com a criação do Conselho Consultivo do Parque (Conparque⁶) que inclui diversos membros da comunidade de Alto Paraíso.

A proposta de se criar novas trilhas e outra entrada no Parque coloca em confronto o Ibama, responsável pela preservação ambiental do Parque e a prefeitura e operadores turísticos que programam uma travessia anual pelo Parque, atividades de rappel em cachoeira e uma volta ciclística de 60km pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural da região. Essas novas atividades se constituem em novos fatores geradores de risco para a natureza regional e abrem espaço para que se questione se a diversidade de interesses em jogo – dos empresários, dos guias, ambientalistas, governos e da comunidade - e os conflitos entre esses atores permitirá a implementação efetiva de medidas de minimização e monitoramento do risco do ecoturismo em Alto Paraíso.

No presente, destaco o conflito gerado pelo decreto presidencial de setembro de 2001 que novamente ampliou a área do Parque, incluindo inúmeros proprietários rurais na faixa de 10 km da área do entorno, espaço onde as atividades econômicas são controladas, com

⁶ Esse Conselho foi criado através da portaria nº 062 de 20/06/2001 do Ibama. É constituído por 23 membros entre os quais situam-se técnicos do Ibama, representante da prefeitura, UNB, ASJOR, ACVVCV, OCA, Servitur, Acordo Cerrado, associações comerciais entre outras entidades da região.

exigência de licenciamento ambiental. Denunciando a falta de critérios técnicos nos estudos e de consulta prévia à população, eles criaram a Associação Cidadania, Transparência e Participação (ACTP), através da qual elaboraram documento questionando a legitimidade do decreto e pedindo a sua anulação, assinalando que o mesmo provoca prejuízos morais, sociais e econômicos a eles, devido o citado decreto causar desemprego e reduzir as possibilidades de captar recursos para o desenvolvimento rural⁷.

Além do exposto, identifiquei que a natureza está sendo usada como marketing para atrair investimentos⁸ para Alto Paraíso. Pronunciamento⁸ de autoridades do Estado de Goiás observam que a Agência Goiana de Turismo (Agetur) investia em pesquisas para chamar a atenção de usuários e investidores utilizando como instrumento o título de Reserva da Biosfera concedida à Chapada dos Veadeiros.

4.2 CONFLITOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS

A migração crescente para Alto Paraíso tem aprofundado a divisão social e modificado as relações sociais, ampliando a competição com os moradores locais na busca da sobrevivência e dificultado a integração e a organização política. Em 2002 estava no auge um conflito⁹ de ordem comercial entre donos de restaurantes e de pousadas que concorriam pela prestação de serviços no povoado de São Jorge.

Identifiquei também que a migração por parte de pessoas de grau cultural mais elevado tem agravado o problema de auto-estima dos nativos, que se sentem diminuídos face aos de fora, com cultura diferente. Se antes as pessoas se cumprimentavam, não o fazem mais; os espaços sociais são limitados e há uma diferença inclusive entre os locais onde as pessoas se encontram. Entretanto, há indicativos de que os conflitos entre os “estrangeiros” – migrantes de outras regiões e Estados - e nativos arrefeceram, entrando-se em uma situação de acomodação social.

Há também um conflito político com repercussões econômicas entre os empresários turísticos e o poder público municipal. Enquanto representantes da prefeitura minimizam os efeitos socioeconômicos do turismo no município, considerando-o inviável e que a cidade

⁷ Matéria do Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano I, nº 5, 15 nov. 2001.

⁸ Entrevista ao Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano 1, nº 2, p. 2, jul. 2001.

⁹ Os locais se queixam que os pousadeiros romperam um acordo de se limitarem a oferecer hospedagem e ampliaram suas atividades com serviços de bar e restaurante, tornando-se auto-suficientes em relação à comunidade.

não tem infra-estrutura, representantes do empresariado reclamam a falta de apoio e tentam sensibilizar a prefeitura de que o crescimento da demanda tende a fazer crescer a oferta e melhorar a qualidade dos serviços. Os empresários turísticos observam que por ser de partido contrário o prefeito não consegue recursos com o governo estadual.

Também os moradores de São Jorge se sentem marginalizados politicamente pela prefeitura e observam que vereador eleito pelo povoado não conseguiu resolver os problemas locais.

Outra grave situação é a intensa especulação imobiliária, decorrente da expansão do turismo na região que tem funcionado como um forte atrativo para investidores, o que tem ampliado a expulsão de antigos moradores e de pequenos proprietários rurais.

Outro fator de conflito entre os guias é o aumento da concorrência, fruto da criação de outras associações e da multiplicação do número de guias que, só no município de Alto Paraíso, situa-se em torno de trezentos. A diferenciação social entre eles, em função do conhecimento¹⁰ e da condição de especialistas de alguns deles, tem concorrido para gerar marginalização e exclusão, particularmente dos primeiros guias, os ex-garimpeiros, muitos deles analfabetos, que são preteridos tanto por turistas quanto pelas agências e que, inclusive, estavam ameaçados de serem descredenciados pelo Ibama caso perdessem uma avaliação de desempenho, que seria feita em dezembro de 2002.

Em relação aos turistas identifiquei que a quantidade e diversidade de visitantes tem provocado diversos tipos de conflitos não só com os moradores locais mas também entre eles na medida em que o grande fluxo de turistas tem transformado o local gerando falta de água, excesso de lixo, superlotação dos atrativos, barulho e confusão o que torna impraticável a presença de turistas que buscam uma relação mais harmoniosa com a natureza, um dos princípios do ecoturismo. A mudança do perfil dos turistas com a presença de visitantes de melhor poder aquisitivo tem provocado uma especialização dos serviços locais o que tem gerado conflitos entre os prestadores.

Outro tipo de conflito registrado ocorre entre visitantes e os guias sobre o valor cobrado pelo serviço de guiagem e com os funcionários do Parque em relação a obrigação de entrar com guia e também sobre a cobrança de ingresso.

4.3. CONFLITOS CULTURAIS

Registrei o choque cultural entre os nativos e os migrantes “estrangeiros” que se diferenciam dos locais pelos hábitos, grau cultural e modo de vida. Outro conflito também ocorre em relação ao tratamento dos elementos culturais da região. Enquanto os empresários que estão preocupados com o fato de existirem muitos atrativos que não estão formatados – não se constituindo em produto de venda -, entidades culturais lutam pela recuperação e conservação das tradições locais.

5. CONCLUSÃO

O ecoturismo que funcionou como um meio de melhoria das condições de vida dos moradores da vila, gerando emprego e renda¹¹ estimulou o individualismo, com os indivíduos buscando equacionar suas questões econômicas, esgarçando os laços comunitários, eliminando a solidariedade e dificultando a organização política da comunidade de São Jorge fragilizada frente a diversos processos que estão a ocorrer no local como a privatização dos serviços do Parque, a intensificação da especulação imobiliária, as mudanças no estilo de vida, as perspectivas de exclusão e marginalização social e a implantação de diversos projetos formulados por atores com maior poder político e financeiro. Os conflitos são mais intensos no presente dada a intensa disputa políticoeconômica pela natureza material da região, o que se percebe efervescência que existe em decorrência da discussão e implementação de inúmeros projetos.

Se nos anos 60 o Estado, através da criação do Parque Nacional, iniciou um projeto de conservação da natureza que se diferenciava da agricultura e do extrativismo convencional, nos anos 90 e 2000, com a intensificação do turismo baseado na natureza da região, passa a predominar a visão romântica de um lugar não criado pelo ser humano que contrasta com as cidades, em especial Brasília que está a 200km. Em decorrência, ambientalistas, empresários, guias, os Governos Federal, Estadual e Municipal e a própria comunidade passam a disputar o simbólico, a paisagem, a natureza selvagem para oferecerem aos urbanos no mercado que vende o reencontro com o natural.

¹⁰ Depoimentos indicaram que os melhores guias são pessoas que vieram de fora e que têm curso de especialização, a exemplo dos agrônomos, biólogos e outros profissionais de nível superior.

¹¹ Além do trabalho de guia, há emprego nas pousadas e na prestação de serviços diversos.

Nesse quadro, preocupa a situação de forte tensão existente na comunidade da vila de São Jorge, que vivencia conflitos profundos decorrentes dos processos de modernização, uma vez que se encontra no âmago do jogo de interesses do mercado pela utilização da natureza. Mas o *boom* do turismo se estende para outros municípios da região. O grupo de atores sociais que estão à frente do processo de implantação do ecoturismo no município têm se voltado para seus projetos particulares em detrimento de propostas que integrem a atividade ecoturística com os problemas locais. É preocupante a falta de uma organização política comunitária forte e a ausência de ator ou atores – a exemplo do Estado - que faça a mediação dos conflitos, conciliando os interesses divergentes e coordenando um trabalho de integração dos diversos interesses em jogo de forma a produzir um projeto que incorpore as propostas existentes e as complemente com outros instrumentos que possam garantir a preservação ambiental e o bem estar sócio-econômico das comunidades locais.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: ULRICH, Beck ; GIDDENS, Anthony ; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. pg.11-72.
- BEHR, Miguel von. **Berço das águas e do novo milênio**: Chapada dos Veadeiros, Goiás, Brasil. Brasília: UNB/IBAMA, 2000. 173 p.
- FOLADORI, Guillermo. Una tipología del pensamiento ambientalista. **Revista de Estudos Ambientais**. Blumenau, Editora da FURB, v.2, n. 1, p. 42-60, jan./abr. 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. 177 p.
- Prefeitura Municipal de Alto Paraíso. Plano Diretor Ambiental.Urbano – 1998/2002.
- WWF. Chapada dos Veadeiros: estabelecimento de um projeto integrado de conservação e desenvolvimento no Cerrado brasileiro (PICD). Brasília: WWF, 1995.